

APRESENTAÇÃO

Este não é um «livro autorizado». Nasceu da minha curiosidade por uma figura pública que conheço pessoalmente há várias décadas, e com quem mantenho há muitos anos uma relação de grande amizade. O que esta amizade me foi dando a conhecer permitiu-me ir reunindo alguns elementos que podem explicar um paradoxo que suscita grande perplexidade em muita gente que tem acompanhado a carreira pública de António Barreto como político, como intelectual, como *opinion leader*, como académico e sociólogo.

Ultimamente, sobretudo na televisão, é apresentado como um «senador do regime»: alguém que vem de longe, que se destacou na fundação da Democracia, que derrotou o comunismo no Alentejo e com isso ajudou a salvar «Abril»; que participou durante muito tempo nas atribuições por que a democracia passou, que viu por cá muita coisa e se manteve sempre atento às mudanças que se operavam no mundo. Ao longo de anos e décadas, foi acumulando uma extraordinária experiência e uma invulgar sabedoria. António Barreto continua até hoje a impor-se no palco nacional por mérito próprio – pela sua independência tranquila, a respeitabilidade da sua pessoa, a autoridade das suas palavras esclarecedoras, o seu juízo sólido, maduro, equilibrado, quase sempre dissonante do *mainstream* ou das «ideias recebidas»; quase sempre crítico do poder.

Retirou-se muito cedo da vida política activa (1991), com 49 anos. Chegou talvez alto demais cedo demais: aos 34 anos já era ministro (e antes disso já fora secretário de Estado). Nessa época, considerava-se que a idade madura chegava bem mais tarde do que hoje em dia. Esta precocidade, porém, não desfaz o paradoxo que tanta gente de há muito estranha. António Barreto tinha tudo para ser tudo o que há para ser em Portugal. E não foi. Porquê? Este livro pretende fornecer uma explicação satisfatória para um fenómeno que permanece singular, misterioso, intrigante.

Este livro apresenta o resultado das minhas ‘indagações’ sobre António Barreto: como se fez a si mesmo, como foi fazendo a sua vida, como foi construindo o pensamento; que obstáculos atrapalharam o seu percurso, que oportunidades desperdiçou, que boas estrelas encontrou. Que balanço faz ele próprio – ou pode o público fazer –, pesando sucessos e fracassos. E, em última análise, o que fica da sua aparição neste mundo. Em suma, o que deixa para a História – a pergunta com que todo o homem público acaba sempre por se defrontar.

As fontes que usei são de várias espécies, e nem todas seriam aceites como válidas num trabalho académico – que este livro não é. Desde logo não oferece o aparelho crítico exigido a um trabalho académico. Mas é uma procura intelectualmente íntegra de verdade; um esforço honesto de objectividade; uma busca empenhada de imparcialidade. A minha memória pessoal de incontáveis horas de conversa e convívio é uma das minhas fontes, controversa mas inevitável, que só poderia eliminar se tivesse o condão de magicamente varrer da cabeça tudo o que conheço de António Barreto. Este conhecimento nada tem de organizado e menos ainda de sistemático; não é susceptível de ser transposto para ‘fichas’ organizadas por temas. Constitui um ingrediente quase inconsciente do meu pensamento, mas está ‘lá’, e sem dúvida influenciou os rumos possíveis das minhas diligências.

Não faltam, porém, fontes convencionais: livros, artigos, ensaios, entrevistas. Milhares de páginas publicadas que eu percorri, umas pela primeira vez, outras já lidas e meio esquecidas. Precisava de mais. Precisava de mais *petite histoire*, de *faits-divers*, de detalhes factuais sobre a sua vida pública e política; precisava de saber a opinião do António sobre aqueles com quem se cruzou e colaborou; precisava de saber

a razão exacta das suas opções fundamentais; precisava de conhecer o seu pensamento acerca dos problemas portugueses recentes; precisava de saber como ele avalia o nosso País e a nossa democracia, de me inteirar sobre como ele olha o mundo contemporâneo e os futuros possíveis (e impossíveis) que entrevê. Para saber estas coisas e outras mais, precisei de entrevistas gravadas que foram transcritas para *Word*.¹

Ordenada a matéria, comecei a escrever, mas não sob a forma de uma montagem de citações. Comecei a escrever com total e absoluta liberdade. Sob este aspecto, senti-me sempre como se estivesse a escrever sobre Rodrigo, Costa Cabral, Fontes ou Saldanha. E tão livre me senti que em muitas passagens do meu texto, ao mesmo tempo que restituía as reflexões de António Barreto com a possível exactidão, dei comigo a desenvolver e a prolongar o seu pensamento, como se estivesse a dialogar com ele em silêncio. Atrevi-me até, aqui e ali, a discordar e a explicar a minha discordância, ou a minha dúvida; e um caso ou outro houve em que me afoitei como uma ‘intrusa’. Porém, nunca me permiti, nem remotamente, fazer de António Barreto um pretexto para falar de mim. Não o fiz. O título do livro que lhe dedico é claro e fui-lhe fiel: *António Barreto: Política e Pensamento*. Se por vezes me ‘meto na conversa’, é porque era impossível eliminar da escrita tantos anos de convivência e conhecimento mútuo.

A bem da clareza, devo acrescentar que, depois do livro acabado, dei-lho a ler. Corrigiu algumas datas, nomes e locais, e deu sinais de que no essencial se revia no que eu escrevera, com o que me dei por muito satisfeita. Não fez sugestões, não fez reparos, não fez críticas, nem insinuações. Foi então que verdadeiramente percebi quanto era autêntico, profundo e incondicional o respeito de António Barreto pela liberdade dos outros.

Maria de Fátima Bonifácio
15 de Fevereiro de 2016

¹ Dezassete entrevistas, realizadas entre 1 de Junho de 2013 e 30 de Setembro de 2015, transcritas para *Word* e disponibilizadas ao público no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa a partir de 1 de Janeiro de 2017.

XIV. ANTÓNIO BARRETO, MÁRIO SOARES E O PARTIDO SOCIALISTA

Ao entrar o ano de 1980, António Barreto nem estava no PS nem estava no Parlamento. Na altura não saberia, mas na realidade a sua carreira política militante, com peso e influência próprios, pensada e traçada como percurso para chegar ao poder, à chefia de um governo seu, terminara. Em 1985, a passagem pelo MASP I, a que voltei, foi importante para a eleição de Mário Soares como Presidente da República em Março de 1986, mas para Barreto não passou de um episódio sem consequências de longo ou sequer médio prazo.

As relações entre os dois homens, mal-grado a boa colaboração inicial, foram rapidamente ensombradas durante o tempo em que Barreto ocupou a pasta da Agricultura e presidiu à Reforma Agrária, em 1976-78, sendo Soares primeiro-ministro; aliás, quando Barreto abandonou o governo, os dois já não se falavam. Na origem da fricção entre as duas personalidades entrariam tanto um choque latente de ambições como até razões de ordem emotiva ou temperamental sobre as quais não é útil alongar-me, pois não iria além de meras especulações improváveis. Mas disponho de factos palpáveis e mais esclarecedores: o diferente relacionamento de um e outro com o general Ramalho Eanes. Sublinhe-se que Barreto nunca teve com Eanes qualquer espécie de entendimento ou combinação política que beliscasse, sequer remotamente, a fidelidade ao presidente do PS. “Nunca falei com ele sobre a demissão do governo de Soares, sobre

a nomeação de um novo governo ou sobre a criação de um novo partido! Nunca fui sequer membro das suas comissões de candidatura presidencial.” O chefe partidário Mário Soares “abominava Eanes”, e Eanes, com a sua “parte mais puritana”, não apreciava “Soares plebeu”, que “comprava, vendia ou traficava influências” e além disso feria “a parte mais insegura [do general], socialmente, politicamente, intelectualmente”. Seis meses após o início do governo já a crispação entre o PR e o Soares “era enorme”, “estavam tensíssimos”³¹¹.

Mas o ministro encarregado da Reforma Agrária, António Barreto, precisava do apoio e cooperação do general-Presidente, tendo chegado a propor num jornal a já referida “aliança PS-Eanes”, que deixou Soares em estado de fúria convulsiva. Mais exactamente, Barreto propôs uma “aliança institucional” e “não política”, que com razão ninguém na altura percebeu o que era. À distância de quase 40 anos, Barreto concede que a ideia “talvez fosse esquisita”, que a palavra “aliança” talvez fosse demasiado forte. Aliás, logo no momento seguinte deu-se conta de que “aquilo não caiu bem a ninguém”, nem de um lado nem do outro. Pretendera “fazer uma metáfora que foi obviamente mal compreendida por toda a gente”, mas afirma que “pode explicá-la no seu contexto mental” de então.

O I Governo Constitucional dos socialistas, sem maioria absoluta, “cheirava a fragilidade, aquilo não podia ir muito longe”, fazendo-lhe lembrar a experiência malograda de Salvador Allende nos princípios de 1970, que pretendia fazer uma revolução “profundíssima” no Chile apenas apoiado numa coligação de oito partidos que não arrecadara mais do que 35% dos votos. Deu no que deu: uma tragédia. Barreto achava que os socialistas tinham de restaurar um módico de ordem no País e, para tanto, era “absolutamente essencial travar o PC”, que continuava a comportar-se despudoradamente como um partido vencedor. Além disso, era também imperioso “criar um embrião de Estado democrático”, tratar das instituições, levar o Parlamento a trabalhar e legislar regularmente. Ao mesmo tempo, “e muito depressa”, era preciso “começar a fazer um acordo de coligação para o governo”, e o parceiro a escolher, segundo Barreto, devia ser o PSD.

³¹¹ AB, entrevista, 26.10.2013.

Cabe perguntar, então, a que propósito vinha no meio disto tudo a abstrusa “aliança institucional” com o Presidente da República.

O general Ramalho Eanes, Presidente da República, era o Comandante em Chefe das Forças Armadas e presidia ao Conselho da Revolução. António Barreto, ministro da Agricultura incumbido da Reforma Agrária, precisava das Forças Armadas, e o general Eanes era a pessoa que podia garantir a sua disciplina e obediência. Não porque Barreto quisesse sangue no Alentejo, mas precisamente para o evitar: “A minha obsessão era não matar pessoas.” O ministro queria mandar a GNR para o Alentejo, mas para isso necessitava de garantias por parte do Presidente, com quem Soares o autorizou a falar directamente. A nova Lei da Reforma Agrária estava em vias de ser concluída, mas acontece que nem a lei existente, que previa a entrega de determinadas reservas, tinha sido aplicada por Oliveira Baptista ou por Lopes Cardoso, que “nunca entregaram nada”. No quadro da legalidade vigente que encontrou, Barreto planeava começar por restituir de imediato as primeiras dez ou doze reservas que cumpriam os critérios prescritos para devolução obrigatória. Os proprietários, porém e compreensivelmente, exigiam segurança contra agressões físicas e subsequentes invasões das suas terras pelos anteriores ocupantes ilegais. Além dos proprietários, havia milhares de rendeiros, seareiros e pequenos agricultores que queriam trabalhar mas eram intimidados em permanência e nem sequer conseguiam recrutar um ou dois trabalhadores. Também muitos assalariados viviam sob terror só por trabalhar (ou querer trabalhar) nas terras de privados.

Nestas circunstâncias, as Forças Armadas, antes de tudo, teriam de ir em “missão de soberania” ao Alentejo, dirigidas para sítios determinados, a fim de mostrar aos autóctones que ali mandava o governo. Eanes deu a sua palavra. No dia seguinte, Barreto reuniu-se com ele e os chefes militares, incluindo o comandante geral da GNR, general Passos Esmeriz. Finalmente houve também reuniões com Jaime Neves, já promovido a coronel e nomeado comandante do regimento de comandos.

Barreto explicou aos militares o que deles pretendia. Pretendia proceder às entregas de reservas sem que houvesse tiros e mortes. “No dia em que se matasse alguém à minha ordem, eu ia alterar tudo na

política, mudava tudo.”³¹² Para que tal não acontecesse, determinou-se que o número de soldados mobilizados para a operação fosse de 200 elementos, em vez dos 30 convencionalmente necessários; decidiu-se levar jipes e carros blindados com metralhadoras montadas em cima. Mas com um ‘pormenor’ decisivo: “ninguém levava fogo real, só balas de madeira ou de borracha”. O objectivo era exhibir um aparato bélico capaz de intimidar e demover os trabalhadores de qualquer veleidade de resistência física. Mais exactamente: “Exibir o «aparato fascista» cuja desmontagem o PC reclamava.” E assim foi que cem comandos de Jaime Neves “pousaram no Alentejo e desentorpeceram os pés”. A notícia da presença dos comandos correu célere, espalhando o susto e o medo desejados.

Quinze dias mais tarde, António Barreto dá ordem para desocupar e entregar a primeira reserva, um acontecimento que a RTP se apressou a filmar. Acorreram “hordas de trabalhadores das UCPs”, ao mesmo tempo que chegavam várias dezenas de GNRs com blindados e metralhadoras. “Parecia uma guerra, a preparação para uma batalha em campo aberto.” Durante vários dias ninguém se mexeu; ao terceiro dia, o proprietário da Herdade Lobata iniciou os trabalhos na sua reserva; ao fim de dez dias os trabalhadores debandaram. “Não houve um tiro.” E também ninguém soube que as balas não eram verdadeiras. A partir daí, o ministro mandou entregar mais 15 ou 20 reservas. Apenas em Estremoz houve uma escaramuça, com balas de madeira... Foi um sucesso. Depois que António Barreto abandonou o Ministério, os novos governantes entenderam reduzir as forças de segurança a dez polícias armados com balas reais. Logo na primeira devolução morreram dois trabalhadores. Seguiram, erradamente, uma lógica inversa: “Quando se envia pouca polícia, a polícia arma-se; armada, fica ansiosa; estando ansiosa, mata.”

“Este é um caso em que, sem a colaboração entre o Presidente da República, chefe das Forças Armadas, e o governo, este não tinha condições de efectividade.” Era este o sentido da peculiar “aliança institucional” defendida por Barreto. Mas entre aliança institucional e aliança política o *distinguo* é problemático. “Estou de acordo.” E Barreto vai

³¹² AB, entrevista, 20.10.2013.

mais longe: “Eu aceito que se diga que a «aliança institucional» autorizava o Soares a dizer – «mas V. quer fazer uma aliança com o Eanes contra mim.» Aceito. Só não seria contra ele se ele também estivesse de acordo! Se estivessemos os dois no tango...” Além da Reforma Agrária e da ordem pública, havia pelo menos mais duas ordens de problemas que exigiam essa aliança. “Uma, a revisão da Constituição, com a introdução da possibilidade de privatizar, e com a extinção do Conselho da Revolução. Outra, a reorganização das Forças Armadas, com o regresso da tropa aos quartéis e o fim do respectivo poder político. Mas também é verdade que eu já não depositava muita esperança ou muita confiança em Mário Soares. Sim, para o imediato. Não, para o futuro e o longo prazo. Sim, para a liberdade. Não, para a construção de um Estado democrático.”³¹³

Também a respeito do tratamento a dar ao PCP as opiniões de Soares e Barreto eram divergentes. No plano da ideologia, Soares era um figadal anticomunista. A Pátria nunca deixará de lhe agradecer a coragem com que denunciou, enfrentou e derrotou as tentativas do ‘Partido’ para se apoderar do Estado, dominar o exército e submeter o País a uma nova ditadura, desta vez em nome do proletariado e certamente bem mais violenta do que fora a do Estado Novo. Mas em política pesam outras considerações. Muitas vezes, a chegada ao poder ou a conservação no poder exige conversas, trocas ou negócios não apenas com o adversário, mas até com o inimigo. No Verão de 1976, quando Soares se torna primeiro-ministro, o PC já se encontra em queda, mas ainda possui trunfos que lhe permitem torpedear a normalização democrática do País. O Alentejo, as centenas de UCPs, as centenas de milhares de hectares ocupados são um desses trunfos. Ali perdura um imenso *soviet*, comandado a partir da Soeiro Pereira Gomes em Lisboa³¹⁴, que pretende ditar a lei num território que trata como seu, “comportando-se como uma autoridade legal e oficial a que o Estado, as polícias e as autarquias não podiam ou não se queriam opor”. O Estado não pode conviver com este abcesso soberano escavado no corpo nacional. Por isso, e pelo conhecimento privilegiado que

³¹³ AB, entrevista, 26.10.2013.

³¹⁴ Localização da sede oficial do PCP.

possuía do espírito, da estratégia, das manhas e dos métodos do ‘Partido’, Barreto entendia que nem um dedo se lhe podia estender, sob pena de o braço ser arrancado. Com o PC não podia haver a sombra de uma cedência, transigência ou concessão.

Mas, para além da Intersindical e do *soviet* alentejano, o PC tinha ainda deputados, votos no Parlamento. Mário Soares presidia a um governo desprovido de maioria absoluta. O Partido Socialista era de esquerda e tinha de ser levado a sério como tal; era socialista, não era social-democrata. Uma parte não despreciada da sua legitimidade ainda dependia (e depende) desta demarcação dentro do leque partidário. Depois, ao PS não convinha a proximidade com o PSD, seu concorrente directo com que não devia confundir-se, não apenas para impedir uma possível fuga de votos, mas também para não ser apodado de moderado ou reaccionário, que à época eram sinónimos. Portanto, convinha a Soares captar as boas graças do ‘Partido’: deste modo se chegava para a esquerda, comprovando a sua identidade *socialista*, e por outro lado talvez o PC lhe tornasse a vida no Parlamento mais fácil, deixando passar o Orçamento, o Plano e outra legislação avulsa. Em resumo: Soares precisava, ou podia precisar, do PC para a viabilização do seu governo de minoria. E o que poderia dar em troca? Uns quantos hectares no Alentejo, o abrandamento ou até paragem das devoluções, a facilitação do Crédito Agrícola de Emergência... e alguma coisa mais que se desencantasse. Para Barreto, isto era o mesmo que entregar o ouro ao bandido.

Ora, para desagrado de Mário Soares, o seu ministro da Agricultura opunha ao PC uma barreira sistemática de hostilidade. Ainda a Lei Barreto não estava pronta e menos ainda aprovada, e já ele, ao abrigo da lei herdada dos governos provisórios – mas não cumprida pelos anteriores responsáveis³¹⁵ –, metia mãos à obra e dava início a uma contra-revolução alentejana. Dada a intrepidez do ministro, o PC queixava-se a Mário Soares, que acabou por pedir a Barreto que recebesse no seu Ministério uma delegação do ‘Partido’. Barreto anuiu, e viu-se presenteado com “umas 50 reivindicações”. “Recusei tudo.” Soares, no entanto, não desarmava, argumentando que era

³¹⁵ Oliveira Baptista e Lopes Cardoso.

preciso dialogar com o PC para, deste modo, obter ao menos “umas tréguas”. “«Nós não lhes batemos, e eles deixam passar o orçamento e o plano»”, que seriam votados em Dezembro de 1976. Perante a obstinação de Barreto, e na linha do que este vinha defendendo, foi sondado o PSD, a fim de saber da disponibilidade de Sá Carneiro para uma colaboração parlamentar. No caso da Reforma Agrária, a colaboração funcionou. “Encontrávamo-nos com frequência e discrição (do lado do PSD sucessivamente Sousa Franco e António Marques Mendes). As leis da reforma e do arrendamento rural foram feitas assim. Soares gostou, mas... odiou! Sá Carneiro gostou... mas odiou! Aliás, no dia do voto no Parlamento, Sá Carneiro, que queria a abstenção e não que o seu partido votasse a favor, faltou à votação! No dia da votação, com o hemiciclo cheio, com as tribunas apinhadas de gente, com filas de espera nas ruas e com todos os órgãos políticos presentes (generais, juízes, etc.), só faltaram duas pessoas: Soares e Sá Carneiro!”

Mas, com respeito ao Orçamento e ao Plano para 1977, o líder laranja cobrava um preço demasiado alto pelo favor, nada menos do que a entrada para o governo. O entendimento falhou. E Soares mandou bater à porta do PC. Começam então as já mencionadas reuniões entre os dois partidos, porém à revelia de Barreto, que era o ministro incumbido da Reforma Agrária e deveria, como tal, ter uma palavra especial a dizer sobre a matéria. Mais eloquente ainda era o facto de o seu secretário de Estado, António Campos, por ele escolhido precisamente para o respaldar no partido, integrar a delegação socialista nas reuniões privadas com a delegação comunista. Delas acabou por sair o (já referido) rascunho de um entendimento que chegou às mãos de Barreto, mas o acordo morreu na praia dada a rigidez das posições do PC. “Rebentou tudo, o PC era irreduzível, queria a minha substituição bem como dos meus secretários de Estado, a suspensão da entrega das reservas e da aplicação da lei, bem como a eliminação do «aparato fascista» montado nos campos do Alentejo...” Barreto não foi, por ora, imolado a uma negociata com o ‘Partido’, mas uma coisa era certa: estava já isolado no Partido Socialista. E não viria a fazer parte do II Governo Constitucional de Mário Soares, em 1978 (aliança PS-CDS), embora este tenha admitido, num encontro

privado em casa dele, a possibilidade de Barreto receber outra pasta, “desde que não seja a da agricultura”.

Mais tarde, e previsivelmente, nem Mário Soares nem aliás o PS em geral viriam a perdoar a António Barreto a ‘aventura reformadora’, que interpretaram como sintoma de volubilidade política e partidária, como sinal de disponibilidade para acolher o presidencialismo que Soares expressamente rejeitara e, no que a este em particular respeitava, como uma forma de o tornear numa caminhada veloz para o poder pelo atalho que Sá Carneiro oferecia, à margem e se necessário contra o PS. E, de facto, tudo isto era, no todo ou em parte, verdade. Não apenas Medeiros Ferreira, mas também António Barreto, à sua maneira e com as suas razões, cedeu à *hybris*. “Eu queria medir-me. Eu queria ter a certeza de que existia politicamente independentemente do PS e do Dr. Mário Soares.” A ‘aventura reformadora’ fora um erro que há muito confirma: “Erro. Em vez de ir a votos sozinho, fui a votos com um grupo junto a Sá Carneiro, que nos deu cinco deputados, o que é enorme. Eu quis medir-me, eu quis provar a minha existência, quis fazer uma prova de vida pelos meios errados, pelas circunstâncias erradas.”³¹⁶ O «Movimento Reformador», que nunca chegou a existir, não serviu para nada, e sobretudo não serviu nenhum dos objectivos pelos quais António Barreto se movera. Se alguma coisa, deu-se precisamente o contrário. Os reformadores não tardaram a dissolver-se – Medeiros Ferreira, o número 2, viria a aderir ao PRD de Eanes, em 1985 – e Barreto virou-se para a sua tese de doutoramento, que faltava escrever, viajou intensamente, passou temporadas no Gerês e depois começou a estanciar em Oxford durante o Verão, um hábito que se prolongaria por muitos anos (até recentemente).

Na realidade, o isolamento, ou melhor, a hostilidade em que Mário Soares, por um lado, e o PS, por outro, envolviam António Barreto já vinha pelo menos desde 1976. O partido teria as suas razões próprias, mas, naturalmente, os humores de Soares produziram nele os seus efeitos. Quanto a este, ouviria da própria boca de Barreto,

³¹⁶ AB, entrevista, 24.8.2013.

na presença de Miguel Veiga, Diogo de Lucena “e mais cinco ou seis pessoas qualificadas”: “«Você não podia suportar a minha presença no partido.»” Soares desmentiu, mas sempre lembrou a Barreto a sua inclinação pelo general Ramalho Eanes. Foi a vez de Barreto negar categoricamente: “«Nunca fui do partido de Eanes, nunca andei metido com ele.»”³¹⁷ Porquê, então, tamanha animadversão? Inveja? “Eu acho que sim. E competição.” Quem conheça a personalidade de António Barreto, a sua sólida formação intelectual, a sua cultura, a sua preparação técnica e política, não pode eximir-se à impressão de que a sua carreira política foi abruptamente travada. Ele próprio reconhece que cometeu “erros” que expõe desassombadamente, como adiante se verá, mas os estragos causados poderiam ter sido superados se tais erros não se tivessem conjugado, como conjugaram, com a constante necessidade de nadar contra poderosas correntes adversas. Por outras palavras, os obstáculos que enfrentou no seu percurso pesaram talvez mais no desenlace final do que as suas falhas pessoais. “Acho que o obstáculo foi pior: Soares, a maçonaria, o secretariado nacional do PS³¹⁸, este trio. [...] Se eu não tivesse sido travado pelo Soares, nem pela maçonaria, nem pelos interesses estabelecidos no partido, mais o secretariado, talvez mesmo com erros e mais umas composições tivesse chegado lá.” Porém, ele próprio não enjeita as responsabilidades que carrega: o contributo destas para essa travagem foi, na sua própria apreciação, “decisivo”³¹⁹.

Desde 1976, também, que António Barreto percebeu que não era *persona grata* no partido. Isto não espanta quem o conheça. Barreto, por um lado, destaca-se claramente da mediania, e ainda mais da mediocridade que reina – ou reinava – em todas as agremiações partidárias, não custando a imaginar que fizesse sentir a sua superioridade aos camaradas; disfarçá-la para não ofender sensibilidades, ou assumir uma postura permanente de humildade, como fazia António Guterres, exige uma dose considerável de hipocrisia e muitíssima paciência. “Uma carreira partidária exige planeamento, contenção,

³¹⁷ AB, entrevista, 24.8.2013. Esta troca de palavras ocorreu num intervalo da sessão do júri do Prémio Pessoa, em Seteais.

³¹⁸ Sobretudo durante os consulados de Constâncio (1986-88) e Sampaio (1989-91).

³¹⁹ AB, entrevista, 24.8.2013.

capacidade de composição, ponderação de pontos de vista e de grupos, avaliação de interesses e capacidade de gestão desses mesmos interesses e grupos. É uma arte, é uma técnica! Que eu não tive!” Sobre isto, que já não é pouco, Barreto, de temperamento pouco ou nada gregário, preza e protege acima de tudo a sua independência e liberdade, outra fonte de anticorpos, outra causa de ofensas, porque uma tal atitude era tomada como sintoma de intragável arrogância. O Partido Socialista nunca verdadeiramente o digeriu. Em 1976, já ministro da Agricultura, o partido marginalizava-o acintosamente. Nessa altura, François Mitterrand organizou uma reunião numa das salas das comissões parlamentares da Assembleia Nacional Francesa, com o propósito de debater a Reforma Agrária com uma delegação portuguesa. Manuel Alegre participou como chefe da delegação, um tal Rudolfo Crespo (“uma nulidade”) como subchefe, e Barreto, apesar de ser o ministro, figurou como mero “consultor”. “Coisas destas aconteceram umas dez vezes.”³²⁰ Prevalciam a antiguidade e a hierarquia partidárias. A delegação era do Partido Socialista e, neste, Barreto não passava de um militante recente. Com efeito, nunca fora escolhido para nenhum órgão do partido, nem para a comissão política, menos ainda para o secretariado. “O partido por vezes ultrapassava o governo. Havia uma espécie de partido oculto.”

Barreto só mais tarde, transitoriamente, penetrou nesse círculo selecto e restrito, reservado aos fiéis incondicionais³²¹. E, de facto, não era o que nos partidos geralmente se entende por um ‘fiel’, cuja constância mergulha as raízes numa espécie de argamassa ‘religiosa’ ou até, atrevo-me a dizer, ‘sectária’. No Partido Comunista esta atitude é levada ao extremo, mas o dogma da obediência incondicional à linha do ‘Partido’, em cuja definição o secretário-geral tem a última e indiscutível palavra a dizer, funda-se na comum adesão a um milenarismo laico que, por um paradoxo aparente, confere ao líder máximo uma espécie de sacralização. No Partido Socialista, diversamente, as cumplicidades relevam mais de laços ‘clubísticos’ ou

³²⁰ AB, entrevista, 26.10.2013.

³²¹ Aconteceu durante o consulado de Vítor Constâncio (1986-88) ter feito parte dos órgãos decisores do partido: secretariado e governo-sombra. Ambas as experiências foram frustradas e acabaram mal.

de carácter maçónico, em última análise também tributários de um caldo de misticismo ritualizado.

António Barreto não se encaixa em nenhum destes mundos: é demasiado cerebral e, sobretudo, demasiado independente. E é pela comparação com as “situações religiosas” que ele apreende a *ratio ultima* da sua rejeição pelo PS. “Qualquer religioso reserva o seu verdadeiro ódio para o cisma, para a [outra] seita, para o desvio. Um sunita odeia mais um xiita do que um cristão. O PS dedica-me [ainda hoje] este tipo de sentimento.” Em primeiro lugar, “sou um trânsfuga”; abandonou o partido em Julho de 1978. Em segundo lugar, “ajudei o inimigo, pois fiz um acordo com a primeira AD, apesar de não ter ido para o governo nem para deputado, mas dei a bênção ao Medeiros Ferreira”. Finalmente, ponto tão ou mais sensível, “eu conheço-os” (só está desactualizado desde a chegada de Sócrates). Mas é o suficiente, “isso ajuda a ser odiado”. “O meu conhecimento é de ter estado lá dentro, eu sei como é que eles reagem, já quase nunca me surpreendem.” Enquanto o PSD, através de Carlos Coelho, sempre convidou António Barreto para a sua Universidade de Verão, o PS, que retomou a mesma iniciativa com António José Seguro, nunca achou que a experiência e o conhecimento do ex-ministro e ex-militante tivessem qualquer utilidade ou acrescentassem qualquer prestígio. Ainda hoje, “com muita frequência”, acontece a António Barreto ser abordado na rua por socialistas avulsos que lhe pedem para se candidatar a Belém. “Isto, se sabido – e é sabido –, causa ressentimento e inveja.”³²²

³²² AB, entrevista, 26.10.2013.

